



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2025

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2025 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O **MUNICÍPIO DE CAVALCANTE**, com sede na Rua Cristã Nº 11 - Centro, na cidade de Cavalcante-GO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.738.772/0001-98, neste ato representado pela Gestor Municipal, **Sr. Danilo Antônio Ferreira**, nomeado pelo Decreto nº 373 de 05 de agosto de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, sob nº 24/2025, para **REGISTRO DE PREÇOS**, processo administrativo Nº 19189/2025, **RESOLVE** registrar os preços das empresas indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual e parcelada aquisição materiais e equipamentos de iluminação pública Termo de Referência, anexo I (do edital de Licitação nº .24/2025), que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição das promitentes contratadas:

LOTE/ITEM	EMPRESA
1/4	NOME: VM COMERCIO LTDA CPF/CNPJ: 47.136.740/0001-13 ENDEREÇO: AV GOVERNADOR DANTE MARTINS DE OLIVEIRA, 1309, S/N, SALA 01 - BOSQUE DA SAÚDE FONE: 6596211367 EMAIL: vm.mtltlda@gmail.com REPRESENTANTE LEGAL NOME: Vinicius Campos de Moura
1/1, 1/2, 1/3	NOME: ZAGONEL ILUMINACAO S.A. CPF/CNPJ: 44.233.812/0001-52 ENDEREÇO: ROD BR 282, KM 576, 000, S/N, null - DT INDUSTRIAL PINHAL LESTE FONE: 4933666000 EMAIL: licitacao3@zagonel.com.br REPRESENTANTE LEGAL NOME: Rodrigo Zagonel

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS



2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

RAZÃO SOCIAL: VM COMERCIO LTDA						
LOTES/ITENS	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MENOR PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1 / 4	UND	800	Braço de Iluminação galvanizado de 1,00 metros e Ø48,3 Braços galvanizados retos com sapata, produzidos em tubos de aço galvanizado	MG	36,0000	28.800,000
TOTAL:	28.800,0000					

RAZÃO SOCIAL: ZAGONEL ILUMINACAO S.A.						
LOTES/ITENS	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MENOR PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1 / 1	UND	150	Luminária publica LED SMD com Potência de 150W: Tensão de operação entre 100 e 300VAC; Fator de Potência $\geq 0,99$; Distorção Harmônica Total de Corrente (THD) $\leq 10\%$, Índice de Reprodução de Cor (IRC) ≥ 70 , protetor contra surtos de 10kV/10kA, Grau de Proteção contra Poeira e Umidade mínimo IP-66 para todos os componentes do produto, lente do LED em vidro ou policarbonato com índice de proteção contra Impactos Mecânicos mínimo IK-10, Fluxo Luminoso Efetivo do conjunto da luminária ≥ 21.000 lumens; Eficiência Luminosa ≥ 140 lumens/watt, Ângulo de iluminação lateral mínimo de 150° ; A luminária deve ser fornecida com sistema integrado à sua estrutura para acionamento e desligamento automático em função da luminosidade ambiente ou com base e rele foto controlador conforme NBR 5123 – Rele Fotoelétrico, com a mesma garantia da luminária; Estrutura em alumínio injetado com pintura Eletrostática; Sistema de fixação para braços de 48mm à 60mm com ajuste do ângulo de instalação de ± 20 graus, Led com vida útil igual ou superior a 100.000 hs(L70) ;Temperatura média de cor de 5.000K variação ($\pm 5\%$); Garantia de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação. O proponente deverá entregar, junto à sua proposta, número do Registro Ativo no InMetro para cada modelo apresentado, comprovado através de seu respectivo Certificado impresso e ainda através de consulta pelo link: http://www.inmetro.gov.br/prodcert/produtos/busca.asp O proponente deverá apresentar, junto à sua proposta, termo de garantia de 5 anos para o conjunto total da luminária com referência clara ao número do processo licitatório, assinado pelo fabricante da mesma e direcionado à Administração do município,	PROPRIA	453,0000	67.950,0000



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE CAVALCANTE
Superintendência de Licitações e Contratos



			incluindo a mesma garantia para o sistema de acionamento automático (relé fotoelétrico). Deverá ainda resenatar relatório LM 80 para comprovação da vida útil do Led, acompanhada de tradução juramentada, caso não esteja em português do Brasil. A apresentação do catálogo fornecido pelo fabricante da luminária será exigida para comprovação das especificações técnicas constantes neste termo de referência. De cada pedido entregue pelo fornecedor ao município, serão aleatoriamente retiradas 3 (três) unidades do modelo ofertado para a realização de ensaios por laboratório credenciado pelo Inmetro para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas exigidas: faixa de operação de tensão; fluxo luminoso mínimo, proteção contra surtos, Índice de proteção IP; Índice de Proteção contra Impactos mecânicos e ângulo de iluminação. O aceite e autorização dos produtos recebidos somente serão efetivados após a aprovação nos ensaios realizados. O lote de produtos entregue pelo fornecedor que apresentar inconformidades em relação às especificações exigidas será rejeitado pelo município e deverá ser recolhido pelo fornecedor em até 15 (quinze) dias após a apresentação da comunicação formal pela Administração. Os custos de transporte, tributos, dentre outros, necessários à entrega ou recolhimento dos produtos serão de responsabilidade exclusiva do fornecedor.			
1 / 2	UND	300,000	Luminária publica LED SMD com Potência de 80W: Tensão de operação entre 100 e 300VAC; Fator de Potência $\geq 0,99$; Distorção Harmônica Total de Corrente (THD) $\leq 10\%$, Índice de Reprodução de Cor (IRC) ≥ 70, protetor contra surtos de 10kV/10kA, Grau de Proteção contra Poeira e Umidade mínimo IP-66 para todos os componentes do produto, lente do LED em vidro ou policarbonato com índice de proteção contra Impactos Mecânicos mínimo IK-10, Fluxo Luminoso Efetivo do conjunto da luminária ≥ 11.200 lumens; Eficiência Luminosa ≥ 140 lumens/watt, Ângulo de iluminação lateral mínimo de 150°; A luminária deve ser fornecida com sistema integrado à sua estrutura para acionamento e desligamento automático em função da luminosidade ambiente ou com base e rele foto controlador conforme NBR 5123 – Rele Fotoelétrico, com a mesma garantia da luminária; Estrutura em alumínio injetado com pintura Eletrostática; Sistema de fixação para braços de 48mm à 60mm com ajuste do ângulo de instalação de ± 20 graus, Led com vida útil igual ou superior a 100.000 hs(L70) ;Temperatura média de cor de 5.000K variação ($\pm 5\%$); Garantia de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação. O proponente deverá entregar, junto à sua proposta, número do Registro Ativo no InMetro para cada modelo apresentado, comprovado através de seu respectivo Certificado impresso e ainda através de consulta pelo link: http://www.inmetro.gov.br/prodcert/produtos/busca.asp O proponente deverá apresentar, junto à sua proposta, termo de garantia de 5 anos para o conjunto	PROPRIA	362,0000	108.600,0000



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE CAVALCANTE
Superintendência de Licitações e Contratos



			total da luminária com referência clara ao número do processo licitatório, assinado pelo fabricante da mesma e direcionado à Administração do município, incluindo a mesma garantia para o sistema de acionamento automático (relé fotoelétrico). Deverá ainda apresentar relatório LM 80 para comprovação da vida útil do Led, acompanhada de tradução juramentada, caso não esteja em português do Brasil. A apresentação do catálogo fornecido pelo fabricante da luminária será exigida para comprovação das especificações técnicas constantes neste termo de referência. De cada pedido entregue pelo fornecedor ao município, serão aleatoriamente retiradas 3 (três) unidades do modelo ofertado para a realização de ensaios por laboratório credenciado pelo Inmetro para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas exigidas: faixa de operação de tensão; fluxo luminoso mínimo, proteção contra surtos, Índice de proteção IP; Índice de Proteção contra Impactos mecânicos e ângulo de iluminação. O aceite e autorização dos produtos recebidos somente serão efetivados após a aprovação nos ensaios realizados. O lote de produtos entregue pelo fornecedor que apresentar inconformidades em relação às especificações exigidas será rejeitado pelo município e deverá ser recolhido pelo fornecedor em até 15 (quinze) dias após a apresentação da comunicação formal pela Administração. Os custos de transporte, tributos, dentre outros, necessários à entrega ou recolhimento dos produtos serão de responsabilidade exclusiva do fornecedor.			
1 / 3	UND	800,000	Luminária publica LED SMD com Potência máxima de 60W: Tensão de operação entre 100 e 300VAC; Fator de Potência $\geq 0,99$; Distorção Harmônica Total de Corrente (THD) $\leq 10\%$, Índice de Reprodução de Cor (IRC) ≥ 70, protetor contra surtos de 10kV/10kA, Grau de Proteção contra Poeira e Umidade mínimo IP-66 para todos os componentes do produto, lente do LED em vidro ou policarbonato com índice de proteção contra Impactos Mecânicos mínimo IK-10, Fluxo Luminoso Efetivo do conjunto da luminária ≥ 8.400 lumens; Eficiência Luminosa ≥ 140 lumens/watt, Ângulo de iluminação lateral mínimo de 150°; A luminária deve ser fornecida com sistema integrado à sua estrutura para acionamento e desligamento automático em função da luminosidade ambiente ou com base e rele foto controlador conforme NBR 5123 – Rele Fotoelétrico, com a mesma garantia da luminária; Estrutura em alumínio injetado com pintura Eletrostática; Sistema de fixação para braços de 48mm à 60mm com ajuste do ângulo de instalação de +20 graus, Led com vida útil igual ou superior a 100.000 hs(L70) ;Temperatura média de cor de 5.000K variação (+-5%); Garantia de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação. O proponente deverá entregar, junto à sua proposta, número do Registro Ativo no InMetro para cada modelo apresentado, comprovado através de seu respectivo Certificado impresso e ainda através de consulta pelo link:	PROPRI A	342,000 0	273.600,00 00



		http://www.inmetro.gov.br/prodcert/produtos/busca.asp O proponente deverá apresentar, junto à sua proposta, termo de garantia de 5 anos para o conjunto total da luminária com referência clara ao número do processo licitatório, assinado pelo fabricante dos produtos e direcionado à Administração do município, incluindo a mesma garantia para o sistema de acionamento automático (relé fotoelétrico). Deverá ainda apresentar relatório LM 80 para comprovação da vida útil do Led, acompanhada de tradução juramentada, caso não esteja em português do Brasil. A apresentação do catálogo fornecido pelo fabricante da luminária será exigida para comprovação das especificações técnicas constantes neste termo de referência. De cada pedido entregue pelo fornecedor ao município, serão aleatoriamente retiradas 3 (três) unidades do modelo ofertado para a realização de ensaios por laboratório credenciado pelo Inmetro para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas exigidas: faixa de operação de tensão; fluxo luminoso mínimo, proteção contra surtos, Índice de proteção IP; Índice de Proteção contra Impactos mecânicos e ângulo de iluminação. O aceite e autorização dos produtos recebidos somente serão efetivados após a aprovação nos ensaios realizados. O lote de produtos entregue pelo fornecedor que apresentar inconformidades em relação às especificações exigidas será rejeitado pelo município e deverá ser recolhido pelo fornecedor em até 15 (quinze) dias após a apresentação da comunicação formal pela Administração. Os custos de transporte, tributos, dentre outros, necessários à entrega ou recolhimento dos produtos serão de responsabilidade exclusiva do fornecedor.			
TOTAL:	450.150,000				

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o MUNICIPIO DE CAVALCANTE GOIÁS.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:



4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do **item 4.1.**

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.



4.8. Para aquisição por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no **item 4.7**.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o **item 4.7**, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o **item 5.2** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o **item 5.4.2.** tem por objetivo a formação de cadastro reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins de ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o **item 5.4.2.1.** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no **item 9.**

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições



estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no **item 5.7.** e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o **item 5.4.2.1**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos



termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço



registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do **item 9.1**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no **item 5.7**.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do **item 7.4**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no **item 7.2 e no item 7.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre órgãos ou às entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:



8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.



9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.5. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).



10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1., dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO ao Edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em lavrada em 1 (uma) via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Cavalcante/Go, 13 de novembro 2025

MUNICÍPIO DE CAVALCANTE
CNPJ N° 01.738.772/0001-98
Danilo Antônio Ferreira
Gestor
CONTRATANTE

CONTRATADA(S):



VM COMERCIO LTDA
CPF/CNPJ:47.136.740/0001-13
REPRESENTANTE LEGAL
NOME: Vinicius Campos de Moura

ZAGONEL ILUMINACAO S.A.
CPF/CNPJ:44.233.812/0001-52
REPRESENTANTE LEGAL
NOME: Rodrigo Zagonel